

## Modo verbal em descrições de recusa de factos

Rui Marques<sup>1</sup>

<sup>1</sup>Universidade de Lisboa, FLUL/CLUL

### Resumo

O significado de frases que expressam a recusa de um facto envolve duas proposições: uma proposição completiva que descreve um facto e a proposição, matriz, que expressa a não aceitação da primeira como verdadeira. Em português, o modo que ocorre na oração completiva não é o mesmo em todas as construções que veiculam este significado. Nalgumas construções, embora se verifique uma alternância entre o Indicativo e o Conjuntivo na oração completiva, só com Indicativo se tem a interpretação de que esta proposição descreve um facto da realidade. Noutras construções, o modo da oração completiva é selecionado pelo predicado da frase matriz, não existindo alternância de modo, e existem predicados factivos que regem Indicativo e outros que regem Conjuntivo. Em todas estas construções o modo da oração completiva é explicável por análises de modo em português disponíveis na literatura. No entanto, há dois tipos de construção do português que expressam a recusa do facto descrito pela oração completiva e em que o modo desta oração é o inverso do que se esperaria. Propõe-se neste texto uma descrição do significado dessas construções e uma análise dos modos Indicativo e Conjuntivo em português que explica de uma forma integrada o modo observado em todas estas construções que expressam uma atitude de rejeição do facto descrito pela oração completiva.

**Palavras-chave:** Modo, indicativo, conjuntivo, atitudes proposicionais, veridicidade.

### Abstract

The meaning of sentences that express the refusal of a fact involves two propositions: a complement clause that describes a fact, and the matrix proposition, that expresses the non-acceptance of the truth of the embedded proposition. In Portuguese, the mood that occurs in the complement clause is not the same in all constructions that convey this meaning. In some constructions, although there is an alternation between Indicative and Subjunctive in the complement clause, only with Indicative the interpretation that this proposition describes a fact of reality is observed. In other constructions, the mood of the complement clause is a matter of lexical selection, no alternation of mood being observed. Some factive predicates rule the Indicative, others rule the Subjunctive. In all these constructions the mood of the complement clause is explainable by mood analyzes in Portuguese available in the literature. However, there are two types of construction in Portuguese that express the refusal of the fact described by the complement clause and in which the mood of this clause is the opposite of the expected one. This text proposes a description of the meaning of these constructions, as well as an analysis of the Indicative and Subjunctive moods in Portuguese that explains in an integrated way the mood observed in all these constructions that express an attitude of rejection of the fact described by the complement clause.

**Keywords:** Mood, indicative, subjunctive, propositional attitudes, veridicality.

### 1. Introdução

Frases como as que se seguem descrevem uma atitude de não aceitação como verdadeira da oração completiva:

(1a) Ele recusa-se a acreditar que *perdeu* as eleições.



- (1b) Ele recusa-se a acreditar que *tenha perdido* as eleições.
- (2a) Ele não aceita que *perdeu* as eleições.
- (2b) Ele não aceita que *tenha perdido* as eleições.
- (3a) (Na altura,) eu não acreditava que ele *era* espanhol.
- (3b) (Já na altura,) eu não acreditava que ele *fosse* espanhol.

Esta é a única informação que é veiculada pelas frases das alíneas (b), com Conjuntivo na oração completa, mas não pelas frases das alíneas (a), em que na oração completa o verbo ocorre no Indicativo e que indicam também que a proposição completa é tida como verdadeira pelo enunciador no tempo de enunciação. Ou seja, nestas construções, com Indicativo na oração completa as estruturas descrevem um contraste de crenças (de diferentes entidades, em (1a) e (2a), ou da mesma entidade em diferentes alturas, em (3a)), enquanto que com Conjuntivo na oração completa as frases descrevem apenas a atitude da entidade identificada pelo sujeito da frase matriz em relação à proposição completa. Por outras palavras, nas alíneas (a), com Indicativo na oração completa, a proposição completa descreve um facto da realidade, mas não nas alíneas (b), com Conjuntivo.

Estes dados são explicáveis pelas análises do modo verbal em português disponíveis na literatura, mas o mesmo não se pode dizer acerca de dois tipos de construção que expressam igualmente uma atitude de não aceitação do facto descrito pela oração completa. O primeiro, exemplificado por (4), é a construção formada pelo verbo *acreditar* sob escopo da negação, flexionado na 1.<sup>a</sup> pessoa do singular e Indicativo na oração completa. O segundo, exemplificado por (5), é a construção, também negativa, com a sequência *querer saber* e com Conjuntivo na oração completa:

- (4a) [contexto: o enunciador acaba de constatar que a loja está fechada]  
Não acredito que a loja *está* fechada!
- (4b) «Ainda não acredito que *venci* depois de ter perdido tantas corridas em cima da meta.»  
(CETEMPÚBLICO, *par=ext84460-des-91a-1*)
- (5a) Eu vou sair; não quero saber que *esteja* a chover!
- (5a) «Considero-o um covarde, não quero saber que *tenha sido* um grande dançarino.»  
(CETEMPÚBLICO, *par=ext286064-clt-93a-2*)

O presente texto pretende oferecer uma explicação para o modo verbal usado em português em orações completivas que descrevem factos, com particular foco nos casos em que se expressa em relação a essa proposição uma atitude de recusa da aceitação da proposição como verdadeira.

## 2. Conjuntivo como o modo complementar

Genericamente, a distribuição dos modos Indicativo e Conjuntivo em português parece poder explicar-se pela proposta de Marques (1995), segundo a qual o Indicativo ocorre em contextos verídicos e epistémicos e o Conjuntivo nos outros contextos. Ou seja, o Indicativo ocorre nas frases em relação às quais se verifiquem conjuntamente duas condições: (i) serem verdadeiras no modelo relativamente ao qual são avaliadas, (ii) ser expressa para com as mesmas uma atitude de crença ou conhecimento (i.e., uma atitude do plano epistémico, no sentido lato do termo, que abrange as noções de conhecimento e crença). Em frases independentes ou adverbiais, o modelo relativamente ao qual as frases são avaliadas é o modelo que representa as crenças do enunciador, enquanto orações completivas são avaliadas relativamente ao modelo introduzido pelo predicado da frase matriz. Por exemplo, a oração completa do verbo *sonhar* é avaliada relativamente ao modelo que representa o sonho, a oração completa de *achar* é avaliada relativamente ao modelo que representa as crenças da entidade



identificada pelo sujeito da frase matriz, etc. Saliente-se que o conceito de veridicidade e o de factualidade são distintos. Uma frase que ocorra num contexto factivo descreve um facto do mundo real. Uma frase que ocorra num contexto verídico é tida como verdadeira no modelo relativamente ao qual é avaliada, pelo que, no caso de o modelo em questão não representar o mundo real, o facto de a frase ser verídica não implica que seja verdadeira no mundo real. Ou seja, factividade implica veridicidade, mas não o inverso. Veja-se, por exemplo, que as frases (6) e (7) indicam que as respetivas orações completivas são verdadeiras no modelo relativamente ao qual são avaliadas (o sonho do Pedro, no caso de (6) e as crenças do mesmo, no caso de (7)), independentemente do valor de verdade destas no mundo real. Trata-se, portanto, de orações verídicas, mas não factivas. Já em (8), a oração completiva é factiva, descrevendo um facto da realidade. Por último, em (9) a oração completiva não é factiva – não descreve um facto – nem verídica – a construção não permite inferir que a proposição completiva é tida como verdadeira por alguma entidade:

- (6) O Pedro sonhou que estava a passear numa floresta.
- (7) O Pedro acha que o Jorge está em Espanha.
- (8) O Pedro sabe que a Ana está em casa.
- (9) O Pedro espera que o filho dele estude Medicina.

Se em diferentes línguas, como o Grego Moderno, de acordo com Giannakidou (1994) e vários outros textos, a veridicidade é a propriedade que determina a distribuição dos modos Indicativo e Conjuntivo (simplicadamente, o Conjuntivo ocorre em contextos não verídicos e o Indicativo em contextos verídicos), em português, tal como noutras línguas românicas, a veridicidade é condição necessária para a legitimação do Indicativo, mas não suficiente. De facto, tanto o Indicativo como o Conjuntivo podem ocorrer em contextos verídicos, como mostra, por exemplo, o par de frases que se segue:

- (10) O Pedro descobriu que a Ana *nasceu* / *\*tenha nascido* em Évora.
- (11) Lamento que o prazo *\*foi* / *tenha sido* antecipado.

Qualquer destas orações completivas descreve um facto, pelo que ocorre num contexto verídico. No entanto, na primeira o verbo flexiona obrigatoriamente no Indicativo e na segunda no Conjuntivo. A razão para que alguns predicados factivos, como *descobrir*, sejam regentes de Indicativo e outros, como *lamentar*, sejam regentes de Conjuntivo deve-se ao tipo de atitude proposicional que expressam. O verbo *descobrir* expressa uma atitude do plano epistémico, enquanto *lamentar* expressa uma atitude avaliativa (não epistémica, portanto). Mais genericamente, observa-se que em português o Indicativo ocorre apenas em contextos epistémicos e verídicos (i.e., o verbo de uma frase flexiona no Indicativo apenas se for expressa para com essa frase uma atitude do plano epistémico e a frase for tida como verdadeira no modelo relativamente ao qual é avaliada), ocorrendo o Conjuntivo nos outros contextos. Nesse sentido, o Conjuntivo não assinalará nenhum valor semântico particular, sendo antes o modo que ocorre por defeito nos contextos em que não se verifiquem as duas condições conjuntas que legitimam o Indicativo, este sim o modo que assinalará um valor semântico particular. A Tabela 1 resume esta proposta:



Tabela 1. Fatores determinantes dos modos Indicativo e Conjuntivo

| Epistémico | Verídico | Exemplos   |                                     |
|------------|----------|------------|-------------------------------------|
| +          | +        | Indicativo | <i>descobrir, saber, achar, ...</i> |
| +          | -        | Conjuntivo | <i>duvidar, talvez, ...</i>         |
| -          | +        | Conjuntivo | <i>lamentar, surpreender, ...</i>   |
| -          | -        | Conjuntivo | <i>querer, pedir, tentar, ...</i>   |

Posto isto, retomem-se as frases (1) – (3), em que o verbo *acreditar* ocorre sob o escopo da negação, seguidamente repetidas e renumeradas:

- (12a) Ele recusa-se a acreditar que *perdeu* as eleições.  
 (12b) Ele recusa-se a acreditar que *tenha perdido* as eleições.  
 (13a) Ele não aceita que *perdeu* as eleições.  
 (13b) Ele não aceita que *tenha perdido* as eleições.  
 (14a) (Na altura,) eu não acreditava que ele *era* espanhol.  
 (14b) (Já na altura,) eu não acreditava que ele *fosse* espanhol.

Nestas construções, o verbo da oração completiva pode flexionar no Indicativo ou no Conjuntivo, sendo a opção por um ou outro modo acompanhada por uma diferença de significado. Com Indicativo, veicula-se a informação de que a oração completiva é tida como verdadeira pelo enunciador no tempo de enunciação, contrariamente ao que se verifica com o Conjuntivo, caso em que as frases descrevem apenas uma atitude de não aceitação como verdadeira da proposição completiva por parte da entidade identificada pelo sujeito da frase matriz no intervalo de tempo a que esta frase faz referência. Tanto nas alíneas (a) como nas alíneas (b), cada uma destas frases expressa uma atitude do plano epistémico (uma atitude de não crença). Assim, no caso das alíneas (b), como a atitude expressa para com a proposição completiva é do plano epistémico, mas a mesma não é tida como verdadeira, o seu verbo flexiona no Conjuntivo, como previsto. Diferentemente, nos casos das alíneas (a) destes exemplos, as frases expressam, além disso, a informação de que a proposição completiva é tida como verdadeira pelo enunciador (no tempo de enunciação). Por outras palavras, nas alíneas (b), a proposição completiva é avaliada relativamente ao modelo que representa as crenças da entidade identificada pelo sujeito da frase matriz (no intervalo de tempo referido), enquanto nas alíneas (a) é avaliada também relativamente ao modelo que representa as crenças do enunciador (no tempo de enunciação), sendo apresentada como verdadeira nesse modelo (ver também Quer (1998), que faz a mesma observação a respeito de casos análogos do espanhol e do catalão). Assim, como a proposição completiva é verídica e é expressa em relação à mesma uma atitude do plano epistémico, o seu verbo flexiona no Indicativo.

### 3. Casos problemáticos

Dado que em frases que descrevem a ausência de crença na verdade da proposição completiva o Indicativo decorre do facto de o enunciador expressar a sua própria crença na verdade dessa proposição, é de esperar que não seja possível usar este modo na oração completiva deste tipo de construção quando o sujeito da frase matriz identifica o enunciador. De facto, em tal situação, a frase veicularia a informação contraditória de que a mesma pessoa acredita que a proposição completiva é verdadeira e acredita que não o é. Essa previsão confirma-se, como mostra o seguinte contraste:

- (15) #Eu não acredito que *ganharei* o Euromilhões.  
 (16) Eu não acredito que *ganhe* o Euromilhões.



No entanto, exemplos como os seguidamente repetidos e renumerados são gramaticais, contrariamente ao esperado:

(17a) [contexto: o enunciador acaba de constatar que a loja está fechada]

Não acredito que a loja *está* fechada!

(17b) «Ainda não acredito que *venci* depois de ter perdido tantas corridas em cima da meta.»

(CETEMPÚBLICO, *par=ext84460-des-91a-1*)

A proposta acima resumida, de que o Indicativo ocorre em contextos epistémicos e verídicos, não explica esta construção, que, como dito, devia ser impossível por expressar a contradição de que a mesma entidade acredita que a proposição completiva é verdadeira e que é falsa. No entanto, a construção existe e não causa estranheza.

Outro tipo de construção em que na oração completiva ocorre o modo inverso ao que é esperado pela observação de que o Indicativo ocorre em contextos simultaneamente epistémicos e verídicos, sendo o Conjuntivo o modo complementar é ilustrado pelas seguintes frases:

(18a) Eu vou sair; não quero saber que *esteja* a chover!

(18b) «Considero-o um covarde, não quero saber que *tenha sido* um grande dançarino»

(CETEMPÚBLICO, *par=ext286064-clt-93a-2*)

Também nesta construção a proposição completiva descreve um facto<sup>1</sup> e, como se expressa perante a mesma uma atitude epistémica, codificada pelo verbo *saber*, prevê-se que o Indicativo, mas não o Conjuntivo, possa ocorrer na oração completiva. No entanto, essa previsão não se confirma.

Veja-se que, noutras construções, com os mesmos verbos na frase matriz, igualmente negativa, o modo que ocorre na oração subordinada é o esperado. Nos exemplos de (19), a oração completiva ocorre num contexto não verídico, pelo que o verbo flexiona no Conjuntivo, como esperado. Nos exemplos de (20), a oração completiva descreve um facto (ou seja, é verídica) e ocorre num contexto epistémico, pelo que o verbo flexiona no Indicativo, como previsto:

(19a) Não acredito que a loja *esteja* fechada.

(19b) Ainda não acredito que *tenha vencido*.

(20a) Se ele não quisesse saber que *está* a chover, não teria perguntado.

(20b) Eles não devem querer saber que ele *foi* um grande dançarino.

Assim, o facto de na proposição completiva das frases em (17) ocorrer o Indicativo e em (18) ocorrer o Conjuntivo permanece inexplicável.

Uma hipótese para explicar esses dados é a de que, nessas construções, o predicado matriz é interpretado como um predicado complexo, sendo a sequência *não acreditar* interpretada como uma expressão equivalente a *surpreender* e a sequência *não querer saber* como uma expressão equivalente a *ser indiferente*. Ou seja, nos exemplos de (19) e (20), as frases têm uma interpretação composicional, sendo o modo da oração completiva o que decorre da conjugação dos fatores [epistémico] e [verídico], enquanto em (17) e (18) as sequências *não acreditar* e *não querer saber* são interpretadas como um predicado complexo, cujo significado não resulta da combinação do significado das palavras que o compõem.

<sup>1</sup> Pelo menos no caso de (18a), é possível também a interpretação de que a proposição completiva não descreve um facto, mas uma hipótese. Isto é, a frase tem uma leitura em que é equivalente a *não quero saber se estiver / está (ou não) a chover*.



Em favor desta hipótese aponta o facto de em construções com a sequência *não acreditar* o Indicativo só ser possível se a frase expressar surpresa (e, eventualmente, desilusão ou contentamento) e de construções com a sequência *não querer saber* indicarem que a entidade identificada pelo sujeito da frase matriz tem conhecimento do facto descrito pela oração completiva, mas não lhe dar importância, tendo a sequência a mesma interpretação que o verbo *ignorar* em frases como as de (21):

(21a) Ele foi avisado, mas *ignorou* o aviso.

(21b) Decidiu *ignorar* que as crianças estavam cansadas e continuo a caminhada.

Aliás, veja-se que o verbo *ignorar* pode ter quer a interpretação que tem em (21) quer a que tem em (22), caso em que é equivalente a *desconhecer*, do mesmo modo que *não querer saber* pode ter a mesma duplicidade de interpretação, como mostram os exemplos em (18) e em (20):

(22) Ele *ignorava* que a lei tinha sido revogada.

No entanto, esta hipótese de que, nalgumas frases, *não acreditar* e *não querer saber* são interpretados como predicados complexos não explica o modo na oração completiva dessas construções. De facto, a respeito de *não acreditar*, se o seu significado é o mesmo que o de *surpreender* (ou de outro predicado que expresse surpresa, como *admirar* ou *espantar*), seria de esperar que na oração completiva ocorresse o Conjuntivo e não o Indicativo, tal como se verifica com estes predicados:

(23) surpreende-me que *esteja* / *\*está* a chover

Analogamente, se *não querer saber* tem o mesmo significado que *ser indiferente*, coloca-se a questão de que, com este predicado, se tem o Conjuntivo independentemente de a frase matriz ser afirmativa ou negativa, mas não no caso de (*não*) *querer saber*, em que o Conjuntivo na oração completiva só é possível se a frase matriz for negativa:

(24) (Não) é indiferente que *esteja* a chover.

(25a) A funcionária continua a falar ao telemóvel, não quer saber que a loja *\*está* / *esteja* cheia de clientes!

(25b) Achas que eles queriam saber que já *chegámos* / *\*tenhamos* *chegado*?

Descartando a hipótese de as construções em causa envolverem um predicado complexo, resta assumir que têm uma análise composicional e os predicados que nelas ocorrem têm a mesma interpretação que em qualquer outra construção. Como se mostrará de seguida, esta assunção permite chegar à conclusão de que o modo da oração completiva, também nessas construções, é o esperado, dado o significado da construção, sendo apenas aparente a excecionalidade do modo na oração completiva destas construções.

#### 4. Semântica formal e modo verbal

Acima as condições para ser usado o modo Indicativo ou o modo Conjuntivo em português foram descritas como decorrendo da conjugação dos valores [epistémico] e [verídico]. As condições que regulam a distribuição destes dois modos em português podem ser descritas com mais rigor, no quadro da semântica formal. Para se perceber melhor as condições que determinam o uso do Indicativo ou do Conjuntivo, é útil colocar a questão “O que assinala o modo (verbal)?”. Ou seja, se, por exemplo, o morfema de número assinala pluralidade, e os morfemas de género assinalam a oposição masculino/feminino, o que assinalam os morfemas de modo Indicativo e de modo Conjuntivo?



Vários autores, como Godard (2012) ou Giannakidou e Mari (2021), defendem que o Conjuntivo ocorre numa proposição  $p$  se o contexto em que  $p$  ocorre leve a que se considerem tanto mundos possíveis em que a proposição é verdadeira (mundos- $p$ ) como mundos possíveis em que é falsa (mundos não- $p$ ), enquanto o Indicativo ocorre nos contextos em que o significado leva a que se considerem apenas mundos possíveis em que a frase é verdadeira ou então apenas mundos possíveis em que é falsa. Mais detalhadamente, sendo um modelo relativamente ao qual uma proposição é avaliada concebido como um conjunto de mundos possíveis, o verbo de uma proposição  $p$  flexionará no Indicativo se o modelo (ou Base Modal) relativamente ao qual a proposição é avaliada for homogéneo, contendo apenas mundos- $p$  ou apenas mundos não- $p$ , e flexionará no Conjuntivo se for avaliada relativamente a um modelo heterogéneo, que contém mundos- $p$  e mundos não- $p$ . Por outras palavras, para estas autoras, o Conjuntivo assinala a presença de uma Base Modal heterogénea e o Indicativo a presença de uma Base Modal homogénea. Para ilustração, considerem-se as seguintes frases:

(26a) *Está* alguém em casa.

(26b) Não *está* a chover.

(27) Talvez amanhã *chova*.

Tratando-se de frases declarativas não subordinadas, a enunciação de qualquer destas frases corresponde à realização de um ato de fala assertivo. Ou seja, ao enunciá-las, o enunciador expressa a sua crença de que as mesmas são verdadeiras, pelo que as frases são interpretadas relativamente a um modelo que representa as crenças do enunciador, o seu estado epistémico. Este modelo é um conjunto de mundos possíveis: o conjunto de mundos possíveis que corresponde à interseção de todas as proposições que o enunciador tem como verdadeiras (uma proposição denota um conjunto de mundos possíveis – o conjunto de mundos possíveis em que a mesma é verdadeira). Alternativamente, pode considerar-se que o modelo relativamente ao qual as frases são interpretadas modela a informação partilhada pelos participantes na interação comunicativa. Ou seja, pode igualmente assumir-se que as frases são interpretadas relativamente a um *context set*, que inclui o *common ground* – o conjunto de proposições (tacitamente) aceites como verdadeiras pelos participantes na interação comunicativa para efeitos dessa interação (Stalnaker, 1979) – e as possibilidades compatíveis com o mesmo (ver, e.g., Portner, 2009). Também neste caso o modelo relativamente ao qual a frase é interpretada é um conjunto de mundos possíveis: o conjunto de mundos possíveis em que são verdadeiras todas as proposições que pertencem ao *common ground*. O efeito da enunciação de uma frase declarativa relativamente a um contexto  $c$  é, se a frase for aceite como verdadeira pelos interlocutores, um novo contexto,  $c'$ , que contém apenas mundos possíveis em que a frase é verdadeira (i.e.,  $c + p = c \cap p$ ). Por simplificação, e porque a questão é irrelevante para os propósitos deste texto, assumirei que o modelo relativamente ao qual as frases em (26) e (27) são interpretadas é o modelo epistémico do enunciador, embora, pelo menos na questão de que se ocupa este texto, nada de fundamental mude se for assumido que as frases são avaliadas relativamente a um modelo que representa o contexto conversacional e não simplesmente as crenças do enunciador.

Posto isto, ao enunciar (26a), o enunciador expressa a sua convicção de que a frase enunciada é verdadeira; ou seja, indica que o seu estado epistémico contém apenas mundos possíveis em que (26a) é uma frase verdadeira, e, ao enunciar (26b) indica que o seu estado epistémico contém apenas mundos possíveis em que a frase *está a chover* é falsa. Em qualquer dos casos, a frase é interpretada relativamente a um modelo (ou Base Modal) homogéneo, que contém ou apenas mundos- $p$  ou apenas mundos não- $p$ , o que, de acordo com Giannakidou e Mari (2021), e.o., leva a que numa e noutra frase ocorra o Indicativo, sendo o Conjuntivo bloqueado. Pelo contrário, em (27), a enunciação da frase veicula a informação de que o enunciador aceita a possibilidade de chover no dia seguinte e a de não chover; ou seja, o modelo que representa as crenças do enunciador, relativamente ao qual a frase é avaliada, contém mundos- $p$ , mundos em que chove no dia seguinte, e mundos não- $p$ . Tratando-se de um modelo heterogéneo (i.e., que contém mundos- $p$  e mundos não- $p$ ), é o Conjuntivo o modo que ocorre, sendo o indicativo bloqueado.



Em síntese, de acordo com estas autoras, o Indicativo e o Conjuntivo assinalam que a proposição é interpretada relativamente a uma Base Modal homogénea e relativamente a uma Base Modal heterogénea, respetivamente.

Na minha opinião, a proposta de que o Indicativo assinala que a Base Modal é homogénea e o Conjuntivo assinala que é heterogénea é questionável. De facto, em frases negativas como as que se seguem, ocorre o Conjuntivo, estando bloqueado o Indicativo:

(28a) O mau tempo impediu que o avião *\*descolou / descolasse*.

(28b) Saiu sem que se *\*deu / desse* por isso.

Nestes casos, são considerados apenas mundos possíveis em que a oração subordinada é falsa. Ou seja, o modelo relativamente ao qual esta oração é avaliada é uma Base Modal homogénea, formada por mundos não-*p*, mas o modo da oração subordinada é o Conjuntivo.

A minha proposta é antes a de que o Conjuntivo indica que são considerados mundos possíveis em que a frase é falsa, independentemente de a Base Modal conter também mundos possíveis em que a frase é verdadeira ou não conter, e o Indicativo indica que são considerados apenas mundos possíveis em que a frase é verdadeira. Por outras palavras, o Indicativo assinala que são considerados apenas mundos-*p* (mundos possíveis em que a proposição é verdadeira) e o Conjuntivo indica que são considerados mundos não-*p*. Em (26b) – *não está a chover* –, a frase, negativa, *não está a chover* é dada como verdadeira. Ou seja, todos os mundos considerados são mundos em que esta frase, negativa, é verdadeira. Por contraste, nos exemplos de (28), o operador de negação é exterior à oração com Conjuntivo e esta oração é apresentada como falsa.

Dito de outro modo, em (28) são considerados mundos possíveis em que a frase completiva é falsa, pelo que o verbo desta frase flexiona no Conjuntivo; em (26b), são considerados apenas mundos possíveis em que a frase – *não está a chover* – é verdadeira, pelo que o verbo desta frase flexiona no Indicativo.

Em suma, a proposta que defendo é a de que os modos Indicativo e Conjuntivo assinalam, respetivamente, que o modelo relativamente ao qual a frase é avaliada contém apenas mundos possíveis em que a frase é verdadeira e que o modelo contém mundos possíveis em que a frase é falsa. Por outras palavras, e informalmente, o Indicativo assinala que se considera apenas a possibilidade de a frase ser verdadeira e o Conjuntivo assinala que se considera a possibilidade de a frase ser falsa.

Esta proposta explica naturalmente os casos de Conjuntivo em frases negativas como as de (28) bem como noutras frases não verídicas, como, e.g., orações completivas de verbos desiderativos, como *querer* ou *preferir*, de verbos diretivos, como *pedir* ou *mandar*, ou de operadores modais como *talvez*. Com qualquer destes operadores a proposição sob o seu escopo é interpretada relativamente a um modelo que contém mundos possíveis em que é falsa (i.e., o significado de qualquer destes operadores leva a que se considere a possibilidade de não se verificar a situação descrita pela frase que introduzem). É mais questionável que a proposta seja sustentável quando se consideram casos de Conjuntivo em frases que descrevem factos, como orações completivas de predicados factivos não epistémicos. No entanto, também nestes casos o significado da construção leva a que se considerem mundos possíveis em que a proposição é falsa, o que explica que o verbo da mesma flexione no Conjuntivo.

Como defendido em Marques (2022), em português podem observar-se quatro tipos de predicados factivos, tendo por base a estrutura argumental associada a cada predicado e o modo que regem, decorrendo este modo do significado do predicado, em concordância com a proposta de que o Indicativo assinala a consideração de apenas mundos-*p* e o Conjuntivo assinala a consideração de mundos não-*p* (cf. Tabela 2).





Tabela 2. Classes de predicados factivos em português

| A  | B                            | C   | D   |
|--|------------------------------|---|---|
| A oração subordinada é argumento interno |                              | A oração subordinada é argumento externo                                |   |
| <i>saber, descobrir, verificar, ...</i>  | <i>lamentar, gostar, ...</i> | <i>{ser / achar} (a)normal / (in)justo / curioso / intrigante / ...</i> | <i>surpreender, irritar, alegrar, ...</i> |
| Regentes de Indicativo                   |                              | Regentes de Conjuntivo  |   |

Os predicados das classes A e B são verbos de atitude proposicional, expressam uma relação entre a entidade identificada pelo seu argumento externo e a proposição completiva. De entre estes, os predicados da classe A expressam uma atitude epistémica: indicam que a entidade identificada pelo argumento externo do predicado tem a proposição completiva como verdadeira. Por outras palavras, estes predicados indicam que o modelo epistémico do utente da atitude proposicional contém apenas mundos possíveis em que a proposição completiva é verdadeira. Por conseguinte, dado que o Indicativo assinala que são considerados apenas mundos-*p*, estes predicados regem o Indicativo. Quanto aos predicados da classe B, expressam uma atitude avaliativa e o seu significado envolve raciocínio contrafactual, como proposto inicialmente por Heim (1992). Simplificadamente, a frase *o Pedro lamenta que não possa vir* indica que o Pedro preferiria poder vir (i.e., no mundo real, o Pedro não pode vir e, para o Pedro, um mundo em que tudo fosse igual ao mundo real, exceto que ele podia vir, seria preferível) e a frase *gostei que o Pedro tivesse dito o que disse* indica que, para o enunciador, o facto de o Pedro ter dito o que disse é preferível a não o ter feito. Dado que o significado destes predicados envolve considerar mundos possíveis em que a proposição completiva é falsa, os mesmos regem o Conjuntivo.

Quanto aos predicados, adjetivais, da classe C, estes expressam uma classificação da situação descrita pela proposição subordinada. Classificar uma situação como, e.g., justa ou injusta implica compará-la com outras situações e considerar uma escala de justeza de situações (ver também Giannakidou & Mari, 2021; Villalta, 2008). Ou seja, se, e.g., numa classificação de situações em função de padrões éticos, uma dada situação é classificada como justa, a sua contraditória será injusta, e vice-versa. Assim, o significado destes predicados envolve a consideração de uma escala, denotada pelo adjetivo. Esta escala tem uma linha divisória, que separa as partes positiva e negativa (ver, e.g., Kennedy, 2007), sendo a situação identificada pela proposição completiva classificada como estando associada a uma destas partes, por comparação com a sua contraditória, que estará associada à parte inversa da escala. Por exemplo, classificar uma situação como rara implica compará-la com a situação inversa, que será habitual. Esta dimensão escalar dos predicados da classe C explica o facto de serem regentes de Conjuntivo. De uma forma simples, dizer, por exemplo, que *é estranho que esteja a chover* significa o mesmo que *seria normal que não estivesse a chover*. Ou seja, o significado da construção envolve considerar a proposição contraditória à proposição encaixada. Assim, como o significado do predicado envolve considerar mundos possíveis em que a frase encaixada é falsa, o verbo desta flexiona no Conjuntivo.

Por último, quanto aos predicados da Classe D, foi defendido em Marques (2022) que os mesmos expressam uma relação de causalidade entre os seus argumentos, o que justifica que sejam regentes de Conjuntivo. Simplificadamente, uma frase como *surpreende-me que esteja a chover* significa que o facto de estar a chover causa um estado de surpresa no enunciador, *irritou-o que o estivessem sempre a interromper* significa que o facto de o interromperem com frequência lhe causou um estado de irritação, etc. Como defendido por vários autores desde Lewis (1973), a causalidade envolve raciocínio contrafactual. Isto é, dizer que A foi a causa de B significa que se A não tivesse ocorrido, sendo tudo o resto igual, B também não teria ocorrido. Assim, explica-se porque é que tanto os predicados da classe D como outros predicados que expressam uma relação causal ou próxima (como *ser preciso* ou *bastar*, predicados que expressam, respetivamente, uma relação de condição necessária e de condição suficiente) são regentes de Conjuntivo.

Em suma, em português o Indicativo assinala que são considerados apenas mundos possíveis em que a frase é verdadeira e o Conjuntivo assinala que são considerados mundos possíveis em que a frase é falsa. Isto não implica que uma frase com Conjuntivo seja tida como falsa no mundo real ou que uma frase com Indicativo



seja tida como verdadeira na realidade. O que cada um destes modos verbais assinala é que o significado da construção leva a que se considerem mundos não- $p$ , no caso do Conjuntivo, ou apenas mundos- $p$ , no caso do Indicativo.

Posto isto, retomem-se agora as construções problemáticas, que descrevem factos mas em que o modo verbal não é o que se esperaria.

## 5. Recusa de aceitação de factos e modo verbal

Comecemos por considerar a construção com o verbo *acreditar* sob escopo da negação e Indicativo na oração completiva. Como se viu acima, em casos como (29a) a construção indica que para o enunciador a oração completiva é verdadeira, informação que não é veiculada por (29b), com Conjuntivo na oração subordinada:

(29a) A Ana não acredita que *está* a chover.

(29b) A Ana não acredita que *esteja* a chover.

Por outras palavras, ao usar o Indicativo, o enunciador expressa a sua própria crença de que a proposição completiva é verdadeira. A frase expressa, portanto, um contraste entre as crenças da Ana e as do enunciador, enquanto que a frase (29b) descreve apenas uma crença da Ana. Como observado, entre outros, por Quer (1998), em (29a) a proposição completiva é interpretada relativamente a um modelo que representa as crenças do enunciador e em (29b) é interpretada relativamente a um modelo que representa as crenças da Ana. Como para o enunciador a frase é verdadeira (i.e., o seu estado epistémico contém apenas mundos possíveis em que a frase é verdadeira), explica-se o Indicativo em (29a). O Conjuntivo em (29b) decorre igualmente da proposta de que o Conjuntivo assinala a consideração de mundos não- $p$ : a frase indica que a Ana não tem a oração completiva como verdadeira; ou seja, indica que o seu modelo epistémico inclui mundos possíveis em que não está a chover.

O problema, como se viu acima, reside em explicar o Indicativo nos casos em que o verbo da frase matriz flexiona na 1.<sup>a</sup> pessoa do singular, já que o enunciador e a entidade identificada pelo sujeito da frase matriz são a mesma pessoa, pelo que, aparentemente, a frase expressa a contradição de que a mesma pessoa acredita que a oração completiva é falsa e acredita que é verdadeira (i.e., a frase parece dar a indicação contraditória de que o estado epistémico do enunciador tem mundos não- $p$  e não tem mundos não- $p$ , só mundos- $p$ ).

De facto, é precisamente uma contradição que a frase « $x$  não acredita que  $p$ » expressa: uma contradição entre as crenças de  $x$  e a proposição  $p$ . Há duas possibilidades de resolver esta contradição. Uma possibilidade é  $x$  rejeitar a proposição  $p$ , por ser incompatível com o seu sistema de crenças. A outra possibilidade é  $x$  rever o seu sistema de crenças de forma a acomodar a aceitação da proposição  $p$  como verdadeira. Creio que são precisamente estas duas possibilidades que são expressas pelas frases (30a) e (30b):

(30a) Não acredito que a loja *esteja* fechada.

(30b) Não acredito que a loja *está* fechada!

Ambas estas frases expressam uma incompatibilidade entre o sistema de crenças do enunciador e a proposição completiva. A frase (30a) indica que o sistema de crenças do enunciador contém mundos possíveis em que a proposição completiva é falsa, pelo que o verbo desta proposição flexiona no Conjuntivo. Ou seja, (30a) expressa a informação de que a contradição entre o sistema de crenças do enunciador e a proposição  $p$  é resolvido pela recusa de  $p$ . Quanto à frase (30b), expressa a informação de que a contradição entre o sistema de crenças do enunciador e a proposição  $p$  é resolvida pela revisão do sistema de crenças de forma a acomodar  $p$ . Isto é, a frase indica que o enunciador reconhece que a oração completiva é verdadeira, pelo que indica que estão acessíveis apenas mundos possíveis em que essa frase é verdadeira (i.e., que descarta a possibilidade de a proposição completiva ser falsa), o que explica que o verbo flexione no Indicativo; ao mesmo tempo, o enunciador indica que ainda não procedeu à revisão do seu sistema de crenças de forma a acomodar a verdade da



proposição. Dito de outro modo, a frase (30b) corresponde ao caso em que a contradição entre um sistema de crenças e uma proposição é resolvida pela revisão do sistema de crenças e a frase descreve o estado epistémico que precede essa revisão.<sup>2</sup> Ou seja, a frase indica que o falante já reconheceu que a proposição completiva é verdadeira, pelo que tem de rever o seu sistema de crenças, mas ainda não procedeu a essa revisão para acomodar a verdade da proposição. Veja-se que no exemplo (31), do *corpus* CETEMPÚBLICO, é bastante sugestiva a presença de *ainda*, cuja presença indica que o estado de não crença é temporário. Este exemplo mostra mais claramente que nestas construções, com Indicativo na oração completiva, está em causa a necessidade de rever o sistema de crenças do falante:

- (31) «Ainda não acredito que *venci* depois de ter perdido tantas corridas em cima da meta.»  
(CETEMPÚBLICO, *par=ext84460-des-91a-1*)

Considere-se agora a outra construção problemática, com Conjuntivo na oração completiva de *saber*, como (32):

- (32) Eu vou sair; não quero saber que *esteja* a chover!

Creio que também frases como esta têm uma interpretação literal e o facto de ser o Conjuntivo o modo que ocorre na oração completiva decorre da proposta de que este modo assinala a consideração de mundos não-*p*. Interpretada literalmente, esta construção expressa a rejeição de um estado epistémico que só contém mundos em que a proposição completiva é verdadeira. Isto é, '*não querer saber que p*' significa '*querer não saber que p*'. A proposição '*x saber que p*' indica que o estado epistémico de *x* contém apenas mundos-*p*. Ao negar-se esta frase – obtendo-se '*x não saber que p*' – nega-se que o estado epistémico de *x* contenha apenas mundos-*p*, ou, equivalentemente, indica-se que contém mundos não-*p*. Dado serem considerados mundos não-*p*, é o Conjuntivo o modo selecionado. Por fim, o verbo *querer* indica que é esse o estado epistémico que o enunciador deseja. Ou seja, interpretada literalmente, a frase (32) expressa o desejo do enunciador de ter um estado epistémico que contém mundos possíveis em que não chove. A presença do Conjuntivo na oração completiva de *saber*, um verbo que, em princípio, só deveria aceitar o Indicativo, decorre assim, naturalmente, do significado composicional da construção e é coerente com a ideia de que o Conjuntivo é uma marca que assinala a consideração de mundos não-*p* e o Indicativo assinala a consideração de apenas mundos-*p*.

Como observado acima, o verbo *ignorar* pode também significar o mesmo que *não saber*, em casos como *eles ignoram que está a chover*, equivalente a *eles não sabem que está a chover*, ou ter a mesma interpretação que *não querer saber*. Num exemplo como *ele foi avisado, mas ignorou os avisos*, a interpretação é basicamente a mesma que a de *ele agiu como se não tivesse sido avisado*. Do mesmo modo, a frase (32) indica que o enunciador pode saber que está a chover, mas opta por ignorar esse facto e agir como agiria se não soubesse. Por outras palavras, nessa frase *não quero saber* tem a mesma interpretação que tem o verbo *ignorar* em casos como *ele ignorou os avisos*. Curiosamente, com o verbo *ignorar* também é possível ocorrer quer o Indicativo quer o Conjuntivo na oração completiva, como mostram os seguintes exemplos:

- (33a) «Os antigos romanos *ignoravam* que o Vesúvio *era* um vulcão – nem sequer tinha cratera.»  
(CETEMPÚBLICO, *par=ext440425-nd-91a-2*)  
(33b) «*Ignoro* que *tenha*, alguma vez, assinado disco seu, em seu nome, de corpo inteiro.»  
(CETEMPÚBLICO, *par=ext1164810-clt-95b-2*)

<sup>2</sup> Como observado por um(a) revisor(a), há um paralelismo entre o significado da construção e o de frases como *sei que ele morreu, mas ainda não acredito*.



(33c) «Nem se pode *ignorar* que ministros do seu Governo *tenham assinado* despachos para que esta lei não se aplique aos seus ministérios, como se não fizessem parte do Conselho de Ministros que a aprovou.» (CETEMPÚBLICO, *par=ext53027-opi-98a-2*)

A explicação para o modo na oração completiva nestes casos é a mesma que para as construções *não acreditar* e *não querer saber*, analisadas acima. Nos dois primeiros excertos, i.e., em (33a) e (33b), o verbo *ignorar* significa o mesmo que *não saber* ou *não ter conhecimento*. No primeiro exemplo, ocorre o Indicativo porque o falante apresenta a oração completiva como descrevendo um facto, do mesmo modo que em frases como *eles não acreditam que está a chover* ou *eles não sabem que está a chover*. Já no segundo exemplo, é o Conjuntivo o modo que ocorre na oração completiva porque essa oração não é dada como descrevendo um facto, do mesmo modo que em frases como *eles não acreditam que esteja a chover* ou *não tenho conhecimento de que esteja a chover*. Ou seja, nestes casos ocorre o Conjuntivo porque se descreve um estado de crenças que contém mundos possíveis em que a frase é falsa. Em ambos os exemplos, o verbo *ignorar* significa o mesmo que *ter conhecimento* ou *saber*. Finalmente no último exemplo, *ignorar* tem a mesma interpretação que *não querer saber* e o modo que ocorre na oração completiva é também o Conjuntivo. Neste exemplo, a frase é equivalente a *não se pode não querer saber que*; ou seja, pode ser parafraseada por *não se pode fazer de conta que se tem um estado de crenças que inclui mundos possíveis em que a oração completiva é falsa*. Daí o Conjuntivo na oração completiva. O significado da frase envolve a consideração de mundos possíveis em que a oração completiva é falsa.

## 6. Conclusão

Em português, o modo verbal em frases que descrevem factos da realidade não é sempre o mesmo. Nalgumas construções, tanto o Indicativo como o Conjuntivo podem ocorrer, sendo que a primeira opção indica que a proposição descreve um facto e a segunda não o indica. É o caso de construções como *ele não acredita que {está / esteja} a chover* ou de *não tive conhecimento de que {estava / estivesse} a chover*. Noutras construções, só um dos dois modos pode ocorrer, consoante o predicado, factivo, que introduz a proposição seja regente de um ou de outro modo. É o que se verifica, por exemplo, em construções como *ele sabe que {está / \*esteja} a chover* e *é surpreendente que {\*está / esteja} a chover*. Estes casos são explicáveis pela observação de que, em português, o Indicativo ocorre em contextos simultaneamente verídicos e epistémicos, enquanto o Conjuntivo é o modo complementar, que ocorre nos outros contextos, não assinalando nenhum valor semântico particular. No entanto, esta proposta não explica o modo em orações completivas de dois tipos de construção: (i) frases como *não acredito que está a chover!*, com o verbo *acreditar* flexionado na 1.<sup>a</sup> pessoa do singular, sob o escopo da negação e com Indicativo na oração subordinada (uma construção que é possível apenas em frases exclamativas, que expressam surpresa pelo facto descrito pela oração completiva), (ii) frases como *não quero saber que esteja a chover!*, com Conjuntivo na oração completiva de *saber*, um verbo factivo regente de Indicativo.

A proposta de que em português as desinências de modo são marcas que assinalam se o significado da construção envolve a consideração de apenas mundos possíveis em que a frase é verdadeira, no caso do Indicativo, ou de mundos possíveis em que a frase é falsa, no caso do Conjuntivo, permite explicar o modo verbal que ocorre em todos os tipos de construção analisados, sem assumir acerca de alguma das construções que é um caso excepcional em que o modo que é usado não decorre das condições que, em português, regulam o uso de Indicativo ou Conjuntivo. Em todos os tipos de construção considerados, a ocorrência dos modos Indicativo ou Conjuntivo decorre naturalmente da proposta de que o verbo flexiona no primeiro destes modos quando o significado da construção leva a que sejam considerados apenas mundos possíveis em que é verdadeira a frase a que esse verbo pertence e flexiona no Conjuntivo quando o significado da construção leva a que sejam considerados mundos possíveis em que a frase a que o verbo pertence é falsa.



## Referências

- Giannakidou, Anastasia (1994) The semantic licencing of NPIs and the Modern Greek subjunctive. In Ale de Boer, Helen de Hoop & Henriette de Swart (orgs.), *Language and Cognition 4, yearbook of the Research Group for Theoretical and Experimental Linguistics*. University of Groningen, pp. 55–68.
- Giannakidou, Anastasia & Alda Mari (2021) *Truth and veridicality in grammar and thought: Mood, modality, and propositional attitudes*. Chicago University Press.
- Godard, Danièle (2012) Indicative and subjunctive mood in complement clauses: From formal semantics to grammar writing. In Christopher Piñón (org.), *Empirical Issues in Syntax and Semantics 9*, pp. 129–148. Disponível em <http://www.cssp.cnrs.fr/eiss9/>
- Heim, Irene (1992) Presupposition projection and the semantics of attitude verbs. *Journal of Semantics* 9 (3), pp. 183–221. <https://doi.org/10.1093/jos/9.3.183>
- Lewis, David (1973) Causation. *The Journal of Philosophy* 70 (17), pp. 556–567.
- Kennedy, Christopher (2007). The grammar of vagueness. *Linguistics and Philosophy* 30, pp. 1–45.
- Marques, Rui (1995), *Sobre o valor dos modos conjuntivo e indicativo em português*. Dissertação de mestrado, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- Marques, Rui (2022, 21–23 abril) *Explaining the subjunctive in factive contexts* [Apresentação de comunicação]. LSRL52, University of Wisconsin-Madison, Madison, EUA.
- Portner, Paul (2009). *Modality*. Oxford University Press.
- Quer, Josep (1998). *Mood at the interface*. LOT.
- Stalnaker, Robert (1979) Assertion. In Peter Cole (org.), *Syntax and Semantics 9*. New York Academic Press, pp. 315–332.
- Villalta, Elisabeth (2008) Mood and gradability: An investigation of the subjunctive mood in Spanish. *Linguistics and Philosophy* 31 (4), pp. 467–522. <https://doi.org/10.1007/s10988-008-9046-x>

